

## 1 ATA DA 74ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, foi realizada a  
4 plenária no formato online, com início às 13h30, compareceram na Plenária do  
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos(CEDH), participaram os **conselheiros**  
6 **governamentais:** Felipe dos Passos, conselheiro titular (Secretaria de Estado da  
7 Fazenda – SEF), Juliana Lima Medeiros, conselheira suplente (Secretaria de  
8 Estado da Segurança Pública – SSP), Guilherme Fernando dos Santos Papini,  
9 conselheiro titular (Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço –  
10 SICOS), Bruna Longen, conselheira titular (Secretaria de Estado da Administração  
11 Prisional e Socioeducativa – SAP), Sílvia Cantarino, conselheira suplente  
12 (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), Débora  
13 Nunes Barbosa, conselheira titular (Secretaria de Estado da Assistência Social,  
14 Mulher e Família – SAS), **conselheiros da sociedade civil:** Lucilene Binsfeld ,  
15 conselheira titular (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Rogério Correa,  
16 conselheiro suplente (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Erli Aparecida  
17 Camargo, conselheira titular (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER), Nasser  
18 Haidar Barbosa, conselheiro titular (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça  
19 Braz), Yara Hornke, conselheira titular (Conselho Regional de Psicologia – CRP12),  
20 Ivone Perassa, conselheira titular (Pastoral do Povo da Rua), Maria Del Carmen,  
21 conselheira titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal  
22 de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Celina Duarte Rinaldi, conselheira titular  
23 (Instituto Gentes de Direitos – IGENTES), Cláudia Andrieux, conselheira titular  
24 (Instituto Arco-íris) e Rosemeri Prado, conselheira titular (Federação Catarinense  
25 dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina – FECESC) e Diego  
26 Lopes Costa, conselheiro titular (Centro de Direitos Humanos de Itajaí – CDHI) e  
27 como **convidados:** Jaqueline Maccoppi (Sindicato dos Servidores do Poder  
28 Judiciário do Estado de Santa Catarina – SINJUSC), Ana Carolina de Castro Freitas  
29 Santos (Frente Ampla em Defesa do Sistema Socioeducativo), Ricardo Maes  
30 (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina –  
31 SINJUSC). A **plenária é aberta (1)** pela presidenta Erli (FINER) dando as boas-  
32 vindas a todos e solicitando a secretária do CEDH para fazer a leitura da ordem do  
33 dia para aprovação e considerações. Após aprovada por unanimidade, a palavra  
34 foi passada para o conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) sendo  
35 iniciado o **ponto (2) momento de formação de conselheiro**. Foi lembrado que o  
36 momento de formação ficaria reservado para a Comissão de Legislação e Normas  
37 fazer os informes quanto aos trabalhos na minuta do Projeto de Lei do CEDH,  
38 entendendo que alguns tópicos precisariam de um debate mais profundo no  
39 plenário. O conselheiro pediu ajuda para que a presidenta Erli (FINER)  
40 complementasse sua fala, contextualizando acerca da composição inicial da lei,  
41 uma vez ter participado de processo de criação. Em sua apresentação, Nasser  
42 Haidar (CDH Maria da Graça Braz) mencionou existir algumas limitações em  
43 determinados pontos da lei atual, principalmente quanto a necessidade de qualificar  
44 as atribuições do CEDH, citou como exemplo as conferências. Além desse ponto,  
45 foram apontados: a revisão dos artigos que tratam da vacância e substituições de  
46 representação no conselho, lembrou ter sido, esse último, motivo de problemas, a  
47 regulamentação em questão a paridade em conformidade com a constituição  
48 estadual e com o posicionamento político que precisaria ser discutido nessa  
49 reunião. Foram elencados os seguintes pontos para discussão: vacância,  
50 substituições, eleição e critérios de reconhecimento de entidade não  
51 governamentais engessados. Em sua apresentação, Nasser Haidar (CDH Maria da  
52 Graça Braz) explicou ao pleno que em gestão anterior o CEDH fez uma consulta a  
53 Associação dos defensoras e defensores públicos de Santa Catarina – ADEPESC  
54 que apresentou parecer apontando incongruência da lei com a Constituição

55 Estadual em relação ao número de representantes de entidades não  
56 governamentais. O conselheiro relatou que em discussão na Comissão de  
57 Legislação e Normas, esse último ponto foi discutido de forma assíncrona e  
58 salientou a importância de se efetivar a não paridade, porém de forma que não  
59 represente uma ameaça ao debate e a produção de decisões no CEDH, para que  
60 ocorram de forma democrática. Foram colocadas à apreciação do pleno algumas  
61 propostas de mecanismos que poderiam ser utilizadas para garantir a correlação  
62 de participação em casos de votação de alguns temas, como por exemplo: o  
63 quórum qualificado, que precisaria ser discutido. Concluída sua fala, o conselheiro  
64 passou a palavra para a presidenta Erli (FINER) que fez uma breve  
65 contextualização sobre a composição inicial da lei de criação do CEDH. A partir de  
66 consulta a Associação de Defensoras e Defensores Públicos de Santa Catarina –  
67 ADEPESC, sobre o artigo 14 da Constituição do Estado, e seu parecer, o CEDH  
68 entendeu a fragilidade legal (letra da lei), e que seria preciso colocar alguns itens  
69 em debate que viessem a favorecer o bom andamento do conselho. A origem da  
70 proposta de alteração do artigo 14 da Constituição do Estado de Santa Catarina foi  
71 embasada na composição de outros conselhos que não teriam paridade, e citou  
72 como exemplo o Conselho Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional –  
73 CONSEA, composto por 2/3 de membros da sociedade civil e o Conselho Estadual  
74 do Artesanato e Economia Solidária – CEAES, tripartite. A movimentação teria se  
75 iniciado por iniciativa do colegiado do Movimento Nacional de Direitos Humanos –  
76 MNDH, que na época levou para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a  
77 proposta que foi aceita pelo gabinete do padre Pedro, na época. A presidenta disse  
78 que em todos os mandatos do CEDH, nunca houveram pontos de pautas que  
79 prejudicasse os conselheiros governamentais ou de modo a fragilizar a participação  
80 desses. Com relação as substituições, Erli (FINER) explicou que a cadeira pertence  
81 as organizações e as Secretarias de Estado. Quanto as eleições e seus critérios de  
82 reconhecimento, ressaltou a importância de ser repensado o critério de  
83 obrigatoriedade de apresentação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica –  
84 CNPJ, de forma a não excluir pessoas, citou os quilombolas. Ainda sobre a  
85 paridade e sua quebra, o conselheiro Felipe (SEF) manifestou-se de acordo com o  
86 posicionamento, uma vez estar previsto na Constituição do Estado e no parecer da  
87 ADEPESC, porém a questão colocada em discussão seria quanto a quebra do  
88 “*equilíbrio de forças*”, que apesar de nunca ter problemas anteriores, se a maioria  
89 chega num consenso acaba anulando a participação da minoria. O conselheiro  
90 mencionou ser objetivo comum do colegiado, o melhor para o Estado, porém,  
91 poderiam haver diferentes interpretações acerca dessa melhoria. Concluiu  
92 propondo reservar temas mais relevantes e sensíveis a um quórum qualificado.  
93 Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) fez um pedido para o pleno, que fossem  
94 compartilhados documentos, leis de outros conselhos, além do grupo estar atento  
95 a cada palavra na redação do texto de reescrita da lei, na tentativa de evitar  
96 diversas interpretações. Levando em consideração que o conselho não esteja  
97 funcionando de forma harmoniosa, o conselheiro expressou ser necessário  
98 organizar dispositivos que garantam a harmonia, de forma institucional. Por fim,  
99 outro ponto levantado pelo Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) a favor da  
100 não paridade, seria quanto a dificuldade de participação da sociedade civil. De  
101 modo a esclarecer o conceito de um conselho e sua função, a conselheira Maria  
102 Del Carmen (IMDH) explicou se tratar de uma “*forma de democracia participativa*  
103 *que não possui os mesmos critérios de uma democracia representativa tradicional*”  
104 e devido as suas características é possível, *em alguns conselhos*, ter mais  
105 participação da sociedade civil. Acrescentou a sua explicação que, nos conselhos  
106 de direitos, o controle sobre as políticas sociais/políticas possui outras perspectivas  
107 que não as mesmas de outros espaços, e citou como exemplo a Assembleia  
108 Legislativa que tem representação partidária. A conselheira manifestou-se  
109 favorável às regras de votação, quórum qualificado, para determinados casos, e

110 citou um exemplo, se futuramente o conselho possuir fundo. Finalizou  
111 argumentando que o conselho está voltado para as questões predominantemente  
112 sociais e não para o Estado. Sugeriu retomar o momento de formação sobre os  
113 conselhos, sua definição, função dos conselheiros. De acordo com as falas  
114 anteriores e as complementando, a conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC)  
115 ressaltou a importância da maior participação da sociedade civil em decorrência de  
116 sua maior capilaridade no Estado. **Encaminhamento: apresentação da minuta**  
117 **do novo texto de lei final do mês de fevereiro, para aprovação e/ou**  
118 **adequações em plenária.** Dando continuidade à reunião foi iniciado o **ponto (3)**  
119 **levantamento de quórum,** a secretária do conselho informou haver número  
120 suficiente de conselheiros para as deliberações. A **leitura da ordem do dia (4)** foi  
121 feita e aprovada, apenas com a exclusão do **item (12) Comissão Legislação e**  
122 **Normas,** uma vez debatido. Quanto as **justificativas de ausências (5),** a  
123 secretária informou não ter recebido nenhuma até aquele momento. A conselheira  
124 Juliana Lima (SSP) justificou a ausência de seu titular que estaria em outro  
125 compromisso de trabalho. A secretária informou que em relação as **ações da**  
126 **última plenária (6),** foi proposta uma reunião conjunta entre os Conselhos dos  
127 Povos Indígenas - CEPIn, Conselho Estadual da Segurança Alimentar e Nutricional  
128 - CONSEA e Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – CEDCA, porém o  
129 CONSEA estaria em processo de preparação de sua Conferência, logo não teriam  
130 condições de participarem. A secretária se comprometeu a encaminhar ofício aos  
131 3 (três) conselhos citados. Concluindo esse ponto, a presidenta Erli (FINER)  
132 mencionou que a plenária do CONSEA aconteceu no mês de fevereiro, em terras  
133 indígenas no município de José Boiteux. Informou ter recebido notícia da presidenta  
134 do CEPIn, senhora Sandra que a próxima plenária do CEPIn seria em terras  
135 indígenas e, por fim, que o conselheiro Diego (CDH Itajaí) fez contato com o CDH  
136 de Blumenau para acompanhar o andamento das questões indígenas. Dando  
137 prosseguimento foi iniciado o **ponto (7) Retomada do Grupo de Trabalho do**  
138 **Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura para continuidade do**  
139 **estudo de sua lei de criação e demais ações afins.** A conselheira Débora Nunes  
140 (SAS) cumprimentou a todos/as, e lembrou que esse tema foi discutido na  
141 antepenúltima plenária. Propôs esse tema como ponto de pauta, indicando as  
142 dificuldades do progresso nos trabalhos do Projeto de Lei contando com apenas 2  
143 (duas) pessoas, no caso, a própria Débora (SAS) e a conselheira Sílvia (SAP). Além  
144 disso, sinalizou sobre a importância de poder contar com a expertise de outras  
145 áreas de conhecimento para a construção do documento, sendo (ou não)  
146 conselheiro. A conselheira Yara Hornke (CRP) manifestou o interesse do CRP em  
147 estar auxiliando nesse trabalho, porém, mostrou seu descontentamento em relação  
148 a dificuldade das diversas gestões do governo do Estado em assumir essa  
149 proposta. **Encaminhamento: Criação de uma Comissão não permanente Pró-**  
150 **Mecanismo com prazo de vigência até a criação do Comitê de Prevenção e**  
151 **Combate à Tortura visando dar prosseguimento ao Projeto de lei.** Quanto ao  
152 **item (8) Proposta de elaboração de Guia para criação de Conselhos**  
153 **Municipais de Direitos Humanos,** proposto pela conselheira Débora Nunes  
154 (SAS), que lembrou de ter recebido pelo CEDH há tempos, pedido para ser feito  
155 levantamento dos conselhos municipais de Direitos Humanos. A secretária do  
156 conselho juntamente com a gerência encaminhou um formulário que obteve 16  
157 (dezesesseis) respostas, onde 6 (seis) manifestaram interesse. Débora Nunes (SAS)  
158 explicou que recentemente foi feito um modelo de Guia de formação para conselhos  
159 de direitos da mulher, com minuta de projeto de lei e regimento interno. A proposta  
160 da gerente seria num primeiro momento encaminhar uma cartilha online, adaptar  
161 para o CEDH e divulgar. Aos municípios que manifestarem interesse seria dada  
162 devolutiva e compartilhado modelo de passo a passo e, aos demais pensar num  
163 trabalho do CEDH para fomentar a criação de conselhos municipais de Direitos  
164 Humanos. **Encaminhamentos: criar documento pedagógico, a partir do**

165 **modelo do CEDIM, distribuir à Comissão de Políticas Públicas e Formação**  
166 **para discutir em conjunto e aprofundar o assunto. Na próxima plenária**  
167 **apresentar e propôs fazer uma reunião online com os municípios que se**  
168 **manifestaram favoráveis.** Com relação ao **item (9)** de pauta que trata da **reunião**  
169 **realizada no dia 27 de outubro de 2023 entre a Comissão Organizadora da**  
170 **Conferência e a Diretora de Direitos Humanos (SAS),** a secretária do CEDH  
171 informou que nesta reunião estavam presentes a diretora de direitos humanos, a  
172 própria secretária do conselho, o conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça  
173 Braz) e a conselheira Lúcia Haygert (IMDH). A secretária Manuela explicou que  
174 como a Conferência Estadual havia sido adiada, a diretora de direitos humanos,  
175 Elisiani, sugeriu ser realizada em maio, e desta forma o CEDH poderia apresentar  
176 suas demandas no intuito de ser realizada uma Conferência com a qualidade  
177 merecida. Na reunião, a diretora comentou que foi disponibilizado ao Conselho  
178 Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente – CEDCA, um ônibus para  
179 transporte dos delegados municipais. O conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da  
180 Graça Braz) explicou que essa reunião tinha como objetivo iniciar as tarefas de  
181 preparação e organização da Conferência Estadual. Mencionou a baixa  
182 participação e complementou a fala da secretária dizendo que de acordo com a  
183 diretora Elisiani não haveria tempo hábil para fazer as solicitações por meio do  
184 Termo de Referência, na data de 16 de março de 2024, com suporte do Estado. O  
185 conselheiro disse não ter sentido segurança na fala da diretora quanto à garantia  
186 da vinda dos conselheiros regionais. A secretária do CEDH informou que o Termo  
187 de Referência já estava sendo minutado. A conselheira Maria Del Carmen (IMDH)  
188 perguntou sobre a disponibilidade de recursos no mês de maio no Estado. A  
189 presidenta se posicionou contra o adiamento em razão do baixo número de  
190 delegados/as, em número de 38 (trinta e oito) contando com os delegados natos,  
191 além do local gratuito e demais recursos que não seriam demandados.  
192 Respondendo ao questionamento da conselheira Maria Del Carmen (IMDH), o  
193 conselheiro Felipe (SEF) disse que no mês de março estaria funcionando dentro da  
194 normalidade e que o problema maior seria o plano de ajuste fiscal pelo qual o  
195 Estado está passando, que se estende até o dia 1º de maio de 2024, com  
196 possibilidade de prorrogação. A conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) relatou as  
197 dificuldades que enfrentou para organização da Conferência Mesorregional de  
198 Chapecó, com disponibilidade apenas de seu transporte. Posicionou-se contrária  
199 ao adiamento e que seria de responsabilidade do Estado o custeio da Conferência  
200 Estadual. A conselheira Maria Del Carmen (IMDH) disse que o CEDH deve assumir  
201 não ter sido responsabilidade do Estado a não realização da Conferência, mas, “o  
202 *conselho não estava suficientemente preparado, não fez as tarefas que deveriam*  
203 *ser feitas*”. Acrescido a esse fator, Del Carmen (IMDH) mencionou a ocorrência de  
204 duplo entendimento sobre como seria a conferência, se apenas para os delegados  
205 ou se qualquer um poderia participar, concluiu dizendo que houveram diversos  
206 problemas, não relacionados a falta de recursos do Estado e que existe um projeto  
207 político para boicotar, não fazer. Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz)  
208 mencionou ser necessária uma reunião da Comissão Organizadora para que esses  
209 pontos possam ser alinhados. Ressaltou a importância de não ser naturalizada a  
210 situação de não ter garantia de realização (Conferência) pelo Estado, devido ao  
211 fato de ser a Conferência “*um dos elementos de capilarização da democracia*  
212 *participativa [...] que garante a produção de Políticas Públicas, a partir da base*”.  
213 Sugeriu ao pleno a utilização do Termo de Referência em construção pela  
214 secretária do conselho, juntamente com a gerência de Políticas para Mulheres e  
215 Direitos Humanos numa tentativa, mesmo sabendo do curto espaço de tempo e  
216 não garantia, como foi conversado com a diretora de Direitos Humanos, no caso  
217 para o mês de março de 2024. Lucilene Binsfeld (CUT-SC) indagou a respeito do  
218 prazo para os trâmites do Termo de Referência. A presidenta respondeu que seria  
219 3 (três) meses. Débora Nunes (SAS) informou que seriam 6 (seis) meses e que

220 tramitando o processo poderia incorrer em problema quanto a solicitação de  
221 documento do Conselho Nacional para o deferimento dos recursos demandados  
222 no documento. A conselheira Maria Del Carmen (IMDH) explicou que irão participar  
223 da Conferência apenas os/as delegados/as e se trata de um evento para 100 (cem)  
224 pessoas, Conferência representativa, por isso a importância de retomar o  
225 regimento. Acrescentou definir em que caráter as demais pessoas (inscritas) irão  
226 participar, se serão aceitas inscrições de qualquer tipo, ou somente de  
227 representantes de instituições. Para a votação as pessoas devem ter recebido o  
228 relatório das mesorregiões e, desta forma, irão com ideia do que concordem (ou  
229 não). A conselheira esclareceu que em seu entendimento foi desta forma que teria  
230 ficado definido na gestão anterior. Débora Nunes (SAS) mencionou ter informado  
231 juntamente com a secretária do conselho, à diretora de Direitos Humanos, sobre a  
232 possibilidade de aumento do número de pessoas, em razão do número de inscritos.  
233 A gerente sinalizou que mesmo com a negativa anterior, o Conselho retome o  
234 Termo de Referência, diminuindo apenas as proporções, com previsão de  
235 participação de 130 (cento e trinta) pessoas, colocando a justificativa. Após votação  
236 para definição da data da Conferência Estadual, ficou **mantida a data de 16 de**  
237 **março de 2024**. Erli (FINER) afirmou que o adiamento não iria modificar o  
238 conteúdo, pelo contrário iria apenas prejudicar e desmobilizar. Quanto à questão  
239 do chamamento do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a presidenta disse  
240 estar reiterando sua fala de 2 (duas) plenárias anteriores quando retornou de  
241 reunião em Brasília, onde foi afirmado que não haveria obstáculos por conta do  
242 CNDH para a validação completa das Conferências Estaduais. O local estaria  
243 reservado para a data de 16 de março de 2024, sendo a única alteração a ser feita  
244 seria quanto as diárias dos 30 (trinta) delegados regionais. **Encaminhamento: a**  
245 **Comissão Organizadora deve retomar o Termo de Referência, assim como**  
246 **serem feitos os ajustes no Regimento Interno. No último ponto de pauta (10)**  
247 **Comissão de Monitoramento de Violações de Direitos Humanos – notícias da**  
248 **audiência pública sobre o Plano SINASE**, a presidenta Erli (FINER) fez uma  
249 breve contextualização sobre esse pedido de audiência pública que trataria do  
250 Plano SINASE (Sistema Nacional de Atendimento do Socioeducativo). Esse pedido  
251 teve origem do CEDH e, posteriormente foi reforçado com a assinatura conjunta  
252 dos demais conselhos que participam do Fórum de Conselhos, com exceção do  
253 presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência -  
254 CONEDE. A deputada professora Vanessa, que está substituindo o deputado  
255 Padre Pedro assumiu o compromisso de fazer o pedido e foi prontamente atendida.  
256 O evento será realizado no dia 13 de novembro na Assembleia Legislativa de Santa  
257 Catarina – ALESC às 17 horas. A presidenta explicou que seriam tratados 2 (dois)  
258 temas: o plano SINASE e outro acrescido pela ALESC juntamente com alguns  
259 coletivos, acerca da situação de vulnerabilidade das comunidades do Morro do  
260 Mocotó, porém se trata de tema correlato àquele. Erli (FINER) informou que a Mesa  
261 seria composta por representantes de 11 (onze) seguimentos, a ser definido no dia  
262 seguinte, 10 de novembro. Foram citados os seguintes convidados: Luzia Cabreira  
263 (IGENTES), Cynthia Pinto da Luz (CDH Maria da Graça Braz), Ana Carolina (Frente  
264 Ampla Pró-SINASE) e demais. Para finalizar a reunião foram feitos os **informes**  
265 **gerais (13)**. A secretária do conselho informou sobre ofício enviado pela Secretaria  
266 de Estado da Educação (SED) solicitando a indicação de 1 (um) representante para  
267 compor um Grupo de Trabalho para elaboração do documento da Políticas  
268 Estadual de Alfabetização, com prazo até o dia 08 de novembro. A presidenta  
269 complementou informando estarem previstas 2 (duas) reuniões presenciais,  
270 conforme documento compartilhado, porém não informava quanto a disponibilidade  
271 (ou não) de liberação de diárias e passagens para seus representantes. Sugeriu  
272 que seja questionado quando responder com a indicação. Rogério Corrêa (CUT-  
273 SC) cumprimentou a todos fez um convite para participação de Seminário a ser  
274 realizado no dia 28 de novembro, na escola Sul, promovida pela CUT, para tratar

275 de temas referentes ao mês da consciência negra. A secretária do CEDH, informou  
276 que havia sugerido no grupo da Mesa Diretora, a representação do conselheiro  
277 Marcos Espíndola (SED), mas deixou em aberto para as manifestações. Todos  
278 concordam com a representação do Marcos e, se possível como suplente, a  
279 conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC), que manifestou interesse. Outro informe  
280 feito pela conselheira Maria Del Carmen (IMDH) seria quanto a uma mensagem  
281 recebida pelo IMDH, do Sindicato docente da Universidade (UFSC), comunicando  
282 sobre a participação do senhor Nilmário Miranda, chefe da assessoria especial da  
283 Defesa da Democracia, Memória e Verdade, do Ministério de Direitos Humanos em  
284 atividade do Sindicato e do Instituto Humaniza, no dia 17 de novembro.  
285 **Encaminhamento: ofício ao Ministério de Direitos Humanos solicitando a**  
286 **pauta para o CEDH estar acompanhando e que as visitas no Estado de Santa**  
287 **Catarina sejam oficiadas ao Conselho Estadual.** A secretária do conselho  
288 informou que foi respondido o ofício que solicitava indicação de representante do  
289 CEDH no PPCAAM, como titular estava a presidenta Erli Camargo e como suplente  
290 a conselheira Katia Freitas (SAS). Lucilene (CUT-SC) informou que no dia 19 de  
291 novembro, a entidade AFRODESMO – Associação Afrodescendente de São Miguel  
292 do Oeste realizará um dia de debate, oficinas sobre a consciência negra e o  
293 Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de São Miguel do Oeste estará  
294 participando. Por fim, Erli (FINER) comunicou que no dia 11 de novembro, o  
295 Quilombo de Abdon Batista, Vargem, Campos Novos, Ibiçui estará realizando uma  
296 atividade, e, inclusive foi enviado convite ao conselho. A reunião foi encerrada pela  
297 presidenta que agradeceu a presença de todos/as. Eu, Manuela Brandão da  
298 Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente com a Erli, presidenta do  
299 CEDH/SC, assinamos.



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **M825C6KM**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 24/04/2024 às 14:28:30

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX004MjVDNktN> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **M825C6KM** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

## 1 ATA DA 75ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, foi realizada a  
4 plenária no formato online, com início às 13h30, compareceram na Plenária do  
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos(CEDH), participaram os **conselheiros**  
6 **governamentais**: Felipe dos Passos, conselheiro titular (Secretaria de Estado da  
7 Fazenda – SEF), Guilherme Fernando dos Santos Papini, conselheiro titular  
8 (Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço – SICOS), Débora  
9 Nunes Barbosa, conselheira titular (Secretaria de Estado da Assistência Social,  
10 Mulher e Família – SAS), Marcos Leandro Espíndola, conselheiro titular (Secretaria  
11 de Estado da Educação – SED) e Leonardo Marcondes Machado, conselheiro  
12 titular (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP) e **conselheiros da**  
13 **sociedade civil**: Lucilene Binsfeld, conselheira titular (Central Única dos  
14 Trabalhadores – CUT), Erli Aparecida Camargo, conselheira titular (Fundação  
15 Instituto Nereu Ramos – FINER), Yara Hornke, conselheira titular (Conselho  
16 Regional de Psicologia – CRP12), Ivone Perassa, conselheira titular (Pastoral do  
17 Povo da Rua), Maria Lúcia Haygert, conselheira suplente (Instituto Memória e  
18 Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), e  
19 como **convidados**: Maristela Cizeski (Pastoral da criança), Eduardo Rocha,  
20 representando o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional  
21 (CONSEA) e Professora Naida (sobrenome?). A **plenária é aberta (1)** pela  
22 presidenta Erli (FINER) dando as boas-vindas a todos e solicitando a secretária do  
23 CEDH para fazer a **leitura da ordem do dia (4)** para aprovação e considerações.  
24 Após aprovada por unanimidade, a palavra foi passada para que os (as)  
25 conselheiros (as) iniciassem o **ponto (2) momento de formação de conselheiro**  
26 **com tema: o dia Internacional de Direitos Humanos**. Após o momento de  
27 formação foi feito o **levantamento de quórum (3)**, sendo verificado número  
28 suficiente para as deliberações. Dando continuidade a reunião foi feita a leitura das  
29 **justificativas de ausências (5)**. A conselheira Rosemeri Prado (FECESC) e o seu  
30 suplente estariam em reunião da diretoria de sua entidade, a conselheira Celina  
31 (IGENTES) irá acompanhar familiar em procedimento médico, a professora Maria  
32 Del Carmen (IMDH-UFSC) participará de banca de qualificação de mestrado, o  
33 conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) justificou ausência por  
34 motivo de doença, a conselheira Juliana Lima (Secretaria de Estado da Segurança  
35 Pública) pelo mesmo motivo, estando presente o titular senhor Leonardo  
36 Marcondes, o Diego (CDH Itajaí) justificou estar participando do Encontro Nacional  
37 de Direitos Humanos do Projeto Sementes em Brasília, as conselheiras Cláudia  
38 Andrieux e Nalá, ambas do Instituto Arço-Íris ausentes por motivo de trabalho, e  
39 por fim, a conselheira Bruna Longen (Secretaria de Estado da Administração  
40 Prisional e Socioeducativa (SAP) estava de férias e sua suplente justificou por estar  
41 em outra reunião de trabalho. Nesse momento foi iniciado o item das Comissões,  
42 sendo dado início a **Comissão especial de Garantia de Direitos da População**  
43 **em Situação de Rua**, a vice-presidente, senhora Ivone Perassa (Pastoral) explicou  
44 que o documento que criou a Política para a população em situação de rua é o  
45 Decreto nº 7053/2009, que contém os princípios que fundamenta todas as ações  
46 que se desdobraram posteriormente a vigência do documento. As denúncias feitas  
47 na **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 976**  
48 tiveram origem a partir dos descumprimentos do Decreto anteriormente citado. A  
49 vice-presidente continuou seu relato expondo que a sentença ADPF nº 976,  
50 determina que os municípios, Estados e a União implantem  
51 equipamentos/programas para atendimento da população em situação de rua  
52 porque não estavam sendo respeitados de forma voluntária os princípios do decreto  
53 nº 7053/2009. Em seu relato, a senhora Ivone Perassa (Pastoral) mencionou a  
54 entrega do Plano da Política Nacional para População em situação de rua, realizada

55 no dia 11 de dezembro de 2023, porém esse Plano, que contém 7 (sete) eixos  
56 diversos, possivelmente sofrerá algumas modificações e servirá de norte para os  
57 estados e municípios. Uma das modificações apresentadas pela conselheira e vice-  
58 presidente foi o ajuste de orçamento em moradia e comunidades terapêuticas. Por  
59 fim, comentou acerca da regulamentação contra os atos aporofóbicos. Informou ter  
60 participado de audiência pública na Assembleia Legislativa, proposta pela  
61 Comissão de Segurança, por iniciativa do deputado Sargento Lima (PL), onde ficou  
62 pautada a realização de Seminário de caráter Internacional para discutir sobre  
63 Políticas Públicas para pessoas em situação de rua. Comentou ter participado de  
64 Seminário Internacional em Brasília, bastante propositivo, e sugeriu ao CEDH  
65 realizar Seminários para orientação dos municípios. Concluiu mencionando estar  
66 sendo feita uma articulação com a Prefeitura Municipal de Florianópolis para que  
67 seja implantado o Programa de moradia. O convidado Eduardo Rocha se  
68 apresentou como conselheiro do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e  
69 Nutricional (CONSEA), do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de  
70 Florianópolis e, por fim, do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo  
71 (CEAGRO). Eduardo explicou que havia saído uma Recomendação do Ministério  
72 Público de Santa Catarina à Prefeitura Municipal de Florianópolis orientando essa  
73 a limitar o acesso da população em situação de rua ao restaurante popular e que o  
74 documento teve origem a partir de denúncias do comércio local em torno do  
75 restaurante. Relatou ainda que a Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis  
76 faria uma audiência pública, a pedido de uma vereadora, para questionar a forma  
77 como foi aberto o restaurante popular, alegando não ter sido feita uma audiência  
78 pública para definir o local. O convidado afirmou não ser verdade por se tratar de  
79 uma contenda de quase 20 (vinte) anos. Concluiu mencionando as deliberações  
80 tomadas nos espaços o qual faz parte e solicitando apoio do CEDH em relação a  
81 essa demanda. A vice-presidente Ivone Perassa (Pastoral) chamou a atenção em  
82 relação a concentração de serviços de atendimento do Cadastro Único no espaço  
83 que deveria ser específico para o restaurante, que deveria estar em local diferente  
84 e deveria ser solicitado o aumento da capacidade e atendimento. A presidente  
85 sinalizou os 3 (três) pontos de deliberação: 1) Realização dos Seminários para se  
86 aprofundar o tema da legislação, da política e maior aproximação com os  
87 municípios por meio de ações mais concretas; 2) Participação na audiência pública  
88 da Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis e 3) Levar apenas um  
89 documento em conjunto CEDH e CONSEA ao Fórum de Conselhos. Débora  
90 (GEMDH/SAS) explicou que houveram tratativas acerca da lei que foi construída  
91 por um grupo de trabalho e, devido aos trâmites ficou morosa. A minuta de lei  
92 Estadual para população em situação de rua prevê a criação de um Comitê para  
93 acompanhamento e monitoramento dessa mesma Política e considerando a sua  
94 característica heterogênea, explicou que existe certa dificuldade enquanto Política  
95 Pública. A gerente esclareceu que a lei ficou estacionada em função da precisão  
96 de passar por uma análise de custos, com a Arguição de Descumprimento de  
97 Preceito Fundamental (ADPF) nº 976, foi retomada a minuta de lei que foi  
98 exaustivamente discutida e colocada sob consulta pública. A situação atual do  
99 documento é que estavam sendo feitos os ajustes pós consulta pública, revisão da  
100 lei. A lei prevê orientações aos municípios e será encaminhada para parecer  
101 jurídico da Pasta. **Por fim, Débora (GEMDH/SAS) mencionou que seria feita uma  
102 reunião entre Diretoria de Direitos Humanos e Diretoria (DIDH) de Assistência  
103 Social (DIAS) para retomar, reorganizar e sistematizar para divulgação do  
104 documento.** Com relação ao Seminário a gerente explicou que foi feito um indicativo  
105 no ano passado, na proposta do Plano Plurianual (PPA) com previsão para o mês  
106 de agosto. Foi indicado pela gerente sobre as dificuldades em montar orientações  
107 para os municípios menores, cerca de 75% dos municípios catarinenses tem menos  
108 de 20.000 habitantes. Informou ao pleno que o promotor havia entrado em contato  
109 com a diretoria de Direitos Humanos, mas na época a gerente estava afastada mas

110 buscaria maiores informações com a DIDH para repassar ao conselho.  
111 **Encaminhamentos: 1) Realização do Seminário Amplo em agosto de 2024,**  
112 **verificar data para não coincidir com Seminário da Assembleia Legislativa, 2)**  
113 **Documento que será encaminhado ao MPSC entre os 2 (dois) conselhos e 3)**  
114 **Participação na Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis no dia**  
115 **19/12 às 14horas e 30 minutos.** Débora Nunes (GEMDH/SAS) irá verificar sua  
116 agenda e a professora Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) se colocaram à disposição. A  
117 conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) sugeriu fixar data do Seminário próximo a  
118 data da plenária para garantir a participação presencial. A presidenta agradeceu a  
119 participação do Eduardo e deu prosseguimento a reunião passando a condução  
120 para a secretária do conselho. Dando continuidade foi iniciado o **ponto (7)**  
121 **Comissão Organizadora da 6ª Conferência Estadual de Direitos Humanos,**  
122 onde a Secretária do conselho informou acerca de reunião realizada no dia 14 de  
123 novembro para construção do documento de Termo de Referência onde estavam  
124 presentes a professora Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) e a conselheira Lucilene  
125 Binsfeld (CUT-SC), sendo que o mesmo estava seguindo os trâmites necessários,  
126 a situação atual aguardando os orçamentos. A secretária do conselho informou ao  
127 pleno que a Secretaria de Estado da Administração havia sinalizado que seria  
128 pedido alteração de data da Conferência do Conselho Estadual dos Direitos da  
129 Pessoa com Deficiência (CONEDE), deixando o CEDH preparado para essa  
130 possível resposta. Quanto a sistematização dos relatórios das Conferências  
131 Mesorregionais, a conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) questionou se o serviço  
132 estaria garantido para antes da realização da Conferência. A secretária do conselho  
133 e a gerente informaram que havia sido solicitado no Termo de Referência e que  
134 possivelmente até janeiro teria uma confirmação. A gerente Débora (GEMDH/SAS)  
135 e a conselheira Lucilene (CUT-SC) esclareceram que se tratam de 2 (dois)  
136 relatórios distintos: um referente a sistematização dos relatórios mesorregionais e  
137 outro referente ao relatório final, pós Conferência Estadual. A secretária expôs duas  
138 dúvidas: a primeira seria quanto aos delegados não inscritos e atingido o limite dos  
139 130 (cento e trinta) inscritos como garantir essas inscrições. A presidenta Erli  
140 Camargo (FINER) esclareceu que a responsabilidade pelo controle seria dos  
141 coordenadores das regionais em acionarem os respectivos delegados. Outro ponto  
142 esclarecido foi quanto a reforçar pedido de colaboração à FECAM junto aos  
143 municípios para pagamento de diárias e passagens dos delegados regionais. Dado  
144 prosseguimento a reunião foi iniciado o **ponto (8) Comissão de Monitoramento**  
145 **de Violações de Direitos Humanos.** A secretária do conselho mencionou o  
146 recebimento de 2 (duas) denúncias que foram levadas à Comissão mas essa não  
147 conseguiu se reunir. A primeira das denúncias seria colocada nesta plenária com a  
148 presença da denunciante, porém a presidenta Erli (FINER) informou que a mesma  
149 não poderia comparecer antes das 16 horas. A segunda denúncia colocada pela  
150 secretária foi quanto ao caso ocorrido no município de Anitápolis, em região rural.  
151 A presidenta informou que um grupo do Movimento Nacional de Direitos Humanos,  
152 representado pela ex-conselheira Tânia Slongo estava acompanhando o caso e, a  
153 própria Tânia teria feito uma visita *“in loco”* para se inteirara do assunto e,  
154 paralelamente houve uma reunião de advogadas que estavam fazendo  
155 assessoramento jurídico aos envolvidos. A presidenta pediu para que a Comissão  
156 de Monitoramento a partir desses relatos acompanhasse ambas as denúncias e  
157 que entrasse em contato com a professora denunciante para ouvi-la na próxima  
158 reunião. Quanto a audiência pública sobre o Plano SINASE e a violência policial  
159 nas comunidades realizada no dia 13 de novembro, a presidenta Erli (FINER)  
160 comentou que teria ficado como deliberação a valoração da criação de uma Frente  
161 Ampla Pró-SINASE que seja articulada pelo CEDH. Por fim, a presidenta  
162 questionou sobre a situação atual do Programa de Proteção a Crianças e  
163 Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). A secretária do conselho disse que  
164 a informação que teria é que ainda não estava em funcionamento.

165 **Encaminhamentos: 1) Agendamento da Comissão de Monitoramento com a**  
166 **professora denunciante; 2) Construção de Frente Ampla a partir da**  
167 **articulação do CEDH.** Por fim, quanto a Comissão LGBT, a presidenta Erli (FINER)  
168 comentou acerca de sua participação em reunião do Conselho Municipal LGBT de  
169 Florianópolis o qual foi convidada. O Referido conselho municipal colocou sua  
170 dificuldade em responder as diversas demandas de denúncias recebidas de todo o  
171 Estado e solicitou apoio do CEDH. Como deliberação ficou a posterior indicação do  
172 Conselho Municipal LGBT para compor a Comissão LGBT do CEDH. A secretária  
173 lembrou de retomar o **item (6) devolutiva das ações da última plenária**, e,  
174 informou acerca da devolutiva do relatório de Brunópolis pela vigilância  
175 epidemiológica da Secretaria de Estado de Saúde (SES), que ficou para maiores  
176 informes na próxima plenária com a Celina (IGENTES), feita a comunicação das  
177 publicações em Diário Oficial do Estado da Comissão Não Permanente Pró-  
178 mecanismo e Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e criação de  
179 grupo de WhatsApp com representantes do Tribunal de Justiça(TJSC), do Núcleo  
180 de Especializado de Política Criminal e Execução Penal da Defensoria Pública do  
181 Estado de Santa Catarina, OAB, CRP, MNDH, professora Juliana Joffily,  
182 conselheira Sívia Cantarino (SAP), e sem retorno do Conselho Regional de  
183 Enfermagem (COREN), Comissão da Criança, Adolescente e Direitos Humanos da  
184 Assembleia Legislativa de SC e da Secretaria de Estado da Segurança Pública  
185 (SSP). Foram encaminhadas as Resoluções de Chamamento da 6ª Conferência  
186 Estadual (nova data) e da nova composição da Comissão Organizadora (inclusão  
187 do conselheiro Felipe dos Passos, representando a Secretaria de Estado da  
188 Fazenda- SEF). Outro encaminhamento feito foi envio de ofício ao Sindicato das  
189 Universidades Federais solicitando maiores informações quanto ao evento em  
190 parceria com o Instituto Humaniza que contaria com a participação do senhor  
191 Nilmário Miranda. A professora Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) comunicou que o vôo  
192 do senhor Nilmário teria sido suspenso por conta das chuvas e o evento ficou  
193 adiado para o próximo ano, com data a definir. Por fim, sugeriu encaminhar convite  
194 para participar da Conferência: o Movimento Nacional de Direitos Humanos  
195 (MNDH) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Por fim, a  
196 presidenta lembrou de outro ponto a ser estudado pela Comissão de  
197 Monitoramento que seria quanto aos documentos reencaminhados pelo estudante  
198 de medicina da Universidade Federal de Santa Catarina do Campus de Araranguá  
199 para apreciação na próxima plenária. Erli (FINER) sugeriu que fosse encaminhado  
200 o e-mail para todos os conselheiros do CEDH. A reunião foi finalizada com uma  
201 breve despedida de cada uma dos presentes e encerrada pela presidenta que  
202 agradeceu a presença de todos/as. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei  
203 a presente ata, e juntamente com a Erli, presidenta do CEDH/SC, assinamos.



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **U8993JUH**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**ERLI APARECIDA CAMARGO** (CPF: 516.XXX.329-XX) em 24/04/2024 às 14:28:30

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2023 - 14:38:23 e válido até 28/07/2123 - 14:38:23.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX1U4OTkzSIVI> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **U8993JUH** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.